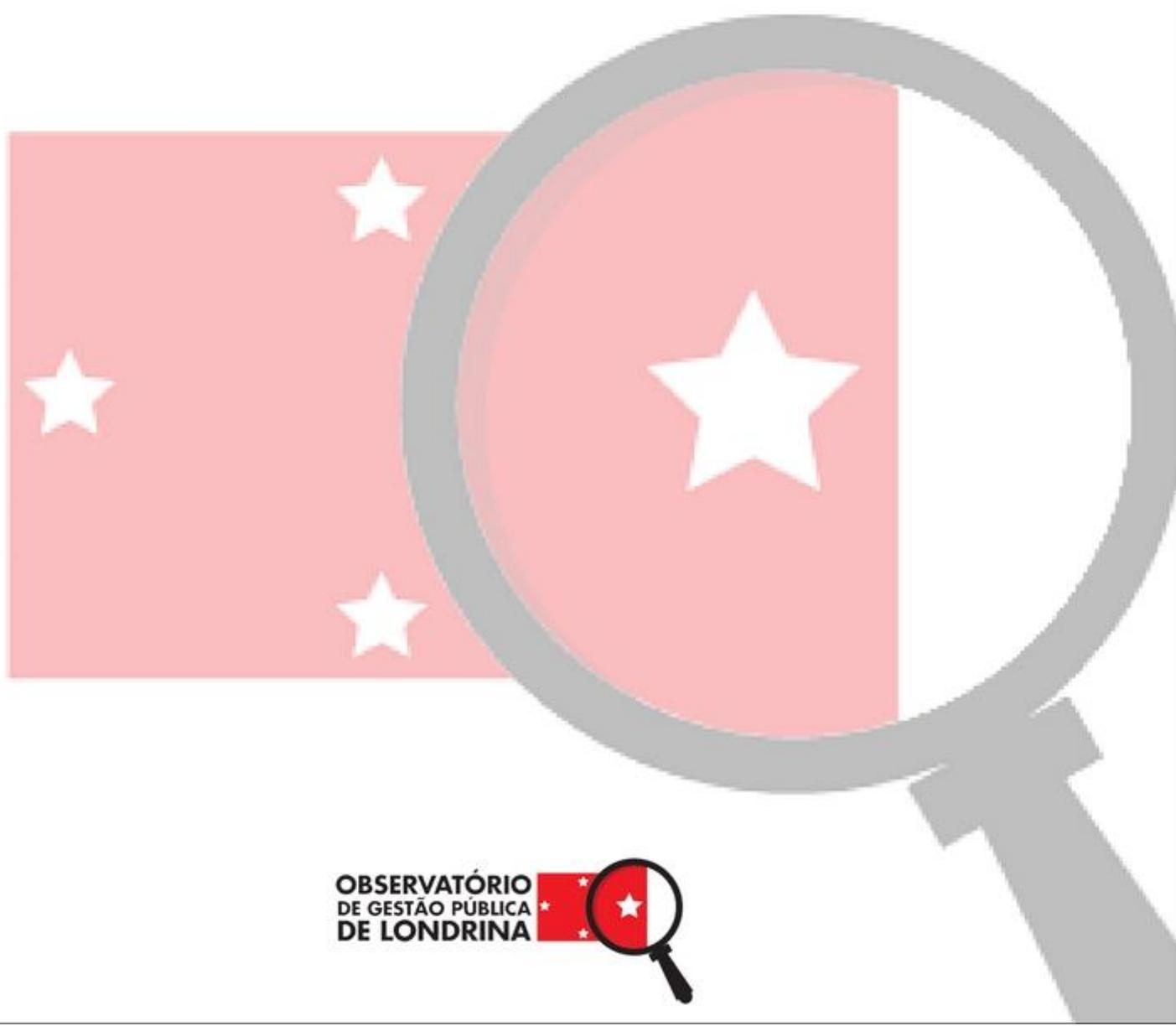


Relatório Anual de Atividades

Observatório de Gestão Pública de Londrina

2016



**OBSERVATÓRIO
DE GESTÃO PÚBLICA
DE LONDRINA**



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2016

Sumário Executivo

No ano de 2016 o Observatório de Gestão Pública de Londrina desenvolveu diversas ações e programas em busca do aperfeiçoamento do controle social, promoção de transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos no âmbito do município de Londrina.

Atuando em sua principal área, as licitações, o Observatório colaborou para um processo de melhoria na gestão pública, pressionando não apenas na questão da legalidade dos editais e sim em sua melhoria, através de maior planejamento e clareza, para que mais empresas possam participar das compras públicas. Licitações como a de hortifrutigranjeiros e a de compra de cartão para utilização na manutenção da frota do município demonstraram a falta de cuidado com a elaboração dos editais, tornando-os confusos e, conseqüentemente, restringindo a participação de mais empresas nos certames, além da falta de planejamento e estudos prévios para a construção dos editais e termos de referência. Outras licitações como a compra de veículos para os reitores de universidades e contratação de bandas para apresentação musical demonstram como os recursos do município são mal aplicados em nosso município.

Ainda em relação às licitações o Observatório iniciou discussões à respeito do prazo para publicação de pregões, sugerindo que tais editais fossem publicados com pelo menos 15 dias de antecedência, proporcionando mais tempo para que empresas possam participar do certame e maior prazo para que o Observatório possa analisar tais licitações. Além disso colaboramos no controle dos processos do SEI (Sistema Eletrônico de Informações), implementado em 2016 e que enfrenta alguns problemas em relação à falta de *linkagem* das fases licitatórias e pela não publicação dos arquivos, em alguns casos.

Como frutos do Plano de Transparência entregue ao prefeito, em 2016 foi criada a Ouvidoria-Geral do Município e emitido um decreto que dá mais autonomia para a Controladoria-Geral do Município, com o controlador sendo escolhido por uma lista tríplice elaborada pelo Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de Londrina. Com as eleições, desenvolvemos em conjunto com a OAB um Curso de Formação Política, voltado principalmente para aspirantes a vereador. Levamos também novas demandas ao prefeito eleito, através de duas reuniões, onde apresentamos nosso trabalho e demandas, dentre elas a efetiva implementação do Programa Compra Londrina, com a participação da Prefeitura. E promovemos um diálogo entre o prefeito eleito e a população de Londrina durante a III Semana Municipal de Transparência, Cidadania e Controle Social.

O Observatório de Gestão Pública caminha à um novo passo, partindo agora para solucionar problemas antes da elaboração do edital, cobrando maior planejamento e uma política de resultados da administração pública municipal.

OBSERVATÓRIO DE GESTÃO PÚBLICA DE LONDRINA

O Observatório de Gestão Pública de Londrina é uma instituição independente cuja principal meta é exercer o controle social dos gastos públicos. Nossa equipe é formada por profissionais liberais, funcionários públicos, comerciantes, todos dispostos a trabalhar voluntariamente pelo bem de nossa cidade e que, ressalta-se, não possuem quaisquer vínculos político-partidários.

Em meados de 2009, alguns londrinenses começaram a organizar reuniões periódicas com o objetivo de discutir a importância do controle preventivo dos gastos públicos. Destes debates, foi idealizado o Observatório de Gestão Pública de Londrina. Sua fundação ocorreu oficialmente em 29 de setembro do mesmo ano, em assembleia realizada no auditório da Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL).

Em menos de um mês de sua fundação, e inaugurada a sede da instituição, que conta atualmente com vários profissionais voluntários, dois analistas de licitações, um auxiliar administrativo e uma estagiária do curso de contábeis. Começa assim o trabalho do Observatório em prol da correta aplicação dos recursos públicos através de um controle social propositivo e preventivo.

A iniciativa espelhou-se no sucesso obtido pelo Observatório Social de Maringá, que também funciona como uma ferramenta concreta de monitoramento de compras públicas e de educação fiscal. Atualmente, o Observatório de Gestão Pública de Londrina faz parte da rede de observatórios coordenada pelo Observatório Social do Brasil (OSB), que já congrega unidades em todo o Brasil.

MISSÃO

Atuar no controle e otimização da aplicação dos recursos públicos em Londrina.

VISÃO

Ser reconhecida como instituição representativa da sociedade londrinense quanto à preservação dos princípios éticos e da eficiência na administração pública.

VALORES

Legalidade
Conduta ética
Perseverança
Apartidarismo
Transparência
Gestão Democrática
Cooperação com outras instituições
Entidade aglutinadora da Sociedade

1. ANÁLISE DE LICITAÇÕES

No ano de 2016 o Observatório de Gestão Pública de Londrina - OGPL analisou um total de 38 licitações, na Prefeitura e Câmara Municipal, CMTU - Companhia Municipal de Trânsito e Urbanismo de Londrina, Sercomtel - Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina e COHAB - Companhia de Habitação de Londrina e também da UEL - Universidade Estadual de Londrina. As 38 licitações analisadas somaram R\$68.619.616,48, destas este Observatório manifestou-se em 15 casos, sendo 12 questionamentos e 3 impugnações. A seguir apresentamos a tabela descrevendo as licitações analisadas:

Tabela 1. Licitações analisadas pelo OGPL no ano de 2016.

Órgão	Modalidade	nº	Objeto	Valor Certame	Manifestações
PREFEITURA	PP	009-2016	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial.	R\$ 6.145.000,00	-
PREFEITURA	CP	003-2016	Reforma do Pronto Atendimento Infantil (PAI) e CENTROLAB	R\$ 3.524.247,10	-
PREFEITURA	PP	033-2016	RP para eventual aquisição de material hidráulico	R\$ 1.160.334,47	-
PREFEITURA	PE	045-2016	RP para eventual aquisição de dietas nutricionais	R\$ 2.162.242,00	-
PREFEITURA	CP	009-2016	Recuperação de Estruturas no Estádio do Café	R\$ 449.165,25	Questionamento
CMTU	PP	064/2016	RP para eventual aquisição de tintas viárias	R\$ 1.238.101,13	-
PREFEITURA	CP	010-2016	Serviço de Engenharia para Construção de Nova Unidade Básica de Saúde da Vila Fraternidade.	R\$ 1.426.203,90	-
SERCOMTEL	PP	022-2016	Contratação de Instituição Financeira, Pública ou privada, para realização de empréstimo bancário à SERCOMTEL.	R\$ 5.000.000,00	-
PREFEITURA	TP	008-2016	Reforma da Escola Municipal Francisco Pereira de Almeida Junior	R\$ 643.836,02	-
COHAB	CP	003-2016	Alienação de imóvel de propriedade da COHAB-LD [...] para o fim de arrecadar recursos para pagamento do expropriado na ação judicial 175/88 [...]	R\$ 5.719.000,00	-
COHAB	CP	004-2016	Alienação de imóvel de propriedade da COHAB-LD, localizado na cidade de Londrina/PR, com o objetivo único de desenvolvimento de empreendimento habitacional de interesse social.	R\$ 739.500,00	-
CMTU	PP	093-2016	RP aquisição de combustíveis em geral para frota de veículos	R\$ 530.922,80	Questionamento
PREFEITURA	CP	0013-2016	Prestação de serviços para elaboração e execução de projetos de trabalho social/PTS	R\$ 338.338,98	-
PREFEITURA	PP	0126-2016	RP prestação de serviços de confecção e instalação de Placa de Inauguração nas Unidades Escolares Municipais	R\$ 12.015,00	Questionamento
PREFEITURA	PP	0132-2016	RP prestação de serviços de apresentação musical [...]	R\$ 205.000,00	Questionamento
PREFEITURA	TP	0012-2016	Reforma da E. M. Mabio Gonçalves Palhano	R\$ 488.308,70	-
PREFEITURA	PP	0137-2016	RP locação de equipamentos para sonorização e iluminação, palco e equipamentos para eventos [...]	R\$ 1.491.224,47	Questionamento
PREFEITURA	RDC	0001-2016	Contratação Integrada de serviços técnicos especializados de engenharia para a Elaboração dos Projetos Básicos, Projetos Executivos e Execução de Obras de Arte Especiais [Pontes]	R\$ 6.625.600,00	Questionamento

Órgão	Modalidade	nº	Objeto	Valor Certame	Manifestações
PREFEITURA	PP	0144-2016	RP aquisição de material de construção	R\$ 4.260.856,70	Questionamento
PREFEITURA	PP	0145-2016	RP aquisição de bloqueador ou protetor solar	R\$ 226.372,14	Questionamento
CMTU	PP	0021-2016	Concessão de uso de espaços públicos localizados no Calçadão de Londrina (Av. Paraná com R. Minas Gerais), visando a instalação e implantação de quiosques com atividades comerciais	R\$ 132.930,00	-
CMTU	PP	0013-2016	Permissão de uso de Espaços Público em pontos destinados à exploração comercial da atividade de veiculação publicitária e/ou terceiros, em pontos localizados no Condomínio Terminal	R\$ 199.680,00	-
PREFEITURA	PP	0152-2016	Prestação de serviços de transporte dos atletas e comissão técnica que participarão dos Jogos da Juventude do Paraná - JOJUPS e Paradesportivos - PARAJAPS, através de ônibus e vans	R\$ 120.233,31	Questionamento
SERCOMTEL	CP	0009-2016	Alienação de terrenos em Alphaville, Jardim Los Angeles e Jardim Pérola	R\$ 6.498.000,00	Questionamento
CÂMARA	PP	0019-2016	RP aquisição de scanners – com garantia on-site de 36 meses, nobreaks – com garantia on-site de 24 meses, e componentes e suprimentos de informática	R\$ 133.459,45	-
CÂMARA	PP	0020-2016	Contratação de empresa para a prestação dos serviços de manutenção dos equipamentos de ar condicionado	R\$ 50.400,00	-
PREFEITURA	PP	0165-2016	RP aquisição de material de pintura e correlatos.	R\$ 150.573,91	-
PREFEITURA	PP	0167-2016	RP para a eventual aquisição de Neocate Advance para atendimento de Demandas Judiciais.	R\$ 534.510,00	-
CMTU	PP	0175-2016	RP aquisição de materiais semafóricos [...]	R\$ 200.524,00	-
PREFEITURA	CP	0015-2016	Outorga de concessão administrativa de uso de bem público municipal, constituído pelo Estádio Municipal Jacy Scaff - Estádio do Café, para reforma, exploração e manutenção	R\$ 1.174.933,11	-
PREFEITURA	PP	0176-2016	RP aquisição e instalação de cortinas.	R\$ 874.920,00	-
PREFEITURA	PP	0183-2016	RP aquisição de urnas funerárias, caixa para ossos e zinco para revestimento de urnas funerárias	R\$ 2.326.951,38	-
PREFEITURA	PP	0184-2016	RP Aquisição de Hortifrutigranjeiro, incluindo a logística de entrega.	2.495.570,00	Impugnação
PREFEITURA	PP	0191-2016	RP para a eventual prestação de serviços de fornecimento de marmiteix e lanches.	R\$ 819.055,60	-
PREFEITURA	PP	0198-2016	RP aquisição de uniformes escolares [Jaquetas]	R\$ 2.257.500,00	Impugnação
PREFEITURA	PE	0168-2016	Aquisição de móveis, utensílios e eletrodomésticos.	R\$ 61.350,71	Impugnação
UEL	PE	0162-2016	RP aquisição de automóvel hatch, sedan e utilitário para carga aberta ou fechada e motocicleta	R\$ 2.806.419,00	Questionamento
PREFEITURA	PP	0239-2016	Prestação de serviço de administração, gerenciamento, controle e execução da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos	R\$ 5.396.337,35	Questionamento
TOTAL				R\$ 68.619.616,48	

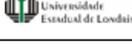
Legenda: CP - Concorrência Pública; PE - Pregão Eletrônico; PP - Pregão Presencial; RDC - Regime Diferenciado de Contratação; TP - Tomada de Preços.

Adiante, apresentaremos com mais detalhes as manifestações realizadas em cada licitação.

Manifestações

Das 38 licitações analisadas, o OGPL manifestou-se em 15, que representa 39% destas. Em valores monetários, dos R\$68.619.616,48 analisados, nos manifestamos em R\$33.436.566,73, que representa 49% do valor analisado. Segue tabela contendo apenas as licitações onde houveram manifestações deste Observatório.

Tabela 2. Manifestações do OGPL em relação às licitações do ano de 2016.

Órgão	Modalidade	n°	Objeto	Valor Certame	Manifestações
 PREFEITURA DE LONDRINA	CP	009-2016	Recuperação de Estruturas no Estádio do Café	R\$ 449.165,25	Questionamento
 OGU Londrina	PP	093-2016	RP aquisição de combustíveis em geral para frota de veículos	R\$ 530.922,80	Questionamento
 PREFEITURA DE LONDRINA	PP	0126-2016	RP prestação de serviços de confecção e instalação de Placa de Inauguração nas Unidades Escolares Municipais	R\$ 12.015,00	Questionamento
 PREFEITURA DE LONDRINA	PP	0132-2016	RP prestação de serviços de apresentação musical [...]	R\$ 205.000,00	Questionamento
 PREFEITURA DE LONDRINA	PP	0137-2016	RP locação de equipamentos para sonorização e iluminação, palco e equipamentos para eventos [...]	R\$ 1.491.224,47	Questionamento
 PREFEITURA DE LONDRINA	RDC	0001-2016	Contratação Integrada de serviços técnicos especializados de engenharia para a Elaboração dos Projetos Básicos, Projetos Executivos e Execução de Obras de Arte Especiais [Pontes]	R\$ 6.625.600,00	Questionamento
 PREFEITURA DE LONDRINA	PP	0144-2016	RP aquisição de material de construção	R\$ 4.260.856,70	Questionamento
 PREFEITURA DE LONDRINA	PP	0145-2016	RP aquisição de bloqueador ou protetor solar	R\$ 226.372,14	Questionamento
 PREFEITURA DE LONDRINA	PP	0152-2016	Prestação de serviços de transporte dos atletas e comissão técnica que participarão dos Jogos da Juventude do Paraná - JOJUPS e Paradesportivos - PARAJAPS, através de ônibus e vans	R\$ 120.233,31	Questionamento
 Sercomtel	CP	0009-2016	Alienação de terrenos em Alphaville, Jardim Los Angeles e Jardim Pérola	R\$ 6.498.000,00	Questionamento
 PREFEITURA DE LONDRINA	PP	0184-2016	RP Aquisição de Hortifrutigranjeiro, incluindo a logística de entrega.	2.495.570,00	Impugnação
 PREFEITURA DE LONDRINA	PP	0198-2016	RP aquisição de uniformes escolares [Jaquetas]	R\$ 2.257.500,00	Impugnação
 PREFEITURA DE LONDRINA	PE	0168-2016	Aquisição de móveis, utensílios e eletrodomésticos.	R\$ 61.350,71	Impugnação
 Universidade Estadual de Londrina	PE	0162-2016	RP aquisição de automóvel hatch, sedan e utilitário para carga aberta ou fechada e motocicleta	R\$ 2.806.419,00	Questionamento
 PREFEITURA DE LONDRINA	PP	0239-2016	Prestação de serviço de administração, gerenciamento, controle e execução da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos	R\$ 5.396.337,35	Questionamento
TOTAL				R\$ 33.436.566,73	

Prefeitura: Concorrência Pública 009-2016 - Recuperação das estruturas do Estádio do Café

Esta licitação tem como objeto a contratação de uma empresa de engenharia para a recuperação estrutural do Estádio do Café. O questionamento do Observatório foi feito em relação à responsabilidade pela reforma, que deveria ser da concessionária do Estádio e não do poder público. Além disto questionou-se a falta de detalhamento da composição do BDI.

Além disto, notou-se um erro grave na publicação de documentos da licitação, diante disto o OGPL enviou um ofício para a Controladoria Geral do Município relatando

o fato de que havia sido publicado um comunicado de resultado deserto, antes da data de abertura do certame, porém, como havia sido um erro, foi retirado o documento sem ao menos ter sido publicado uma errata. A Controladoria nos respondeu apresentando a publicação da Orientação nº005/2016, contendo recomendações a respeito da publicação no site do município e cancelamento de documento SEI (Sistema Eletrônico de Informações). *Com isto o Observatório contribuiu para a melhoria de processos dentro do setor de licitações da prefeitura municipal.*

CMTU: Pregão 0093/2016 - Registro de preços para aquisição de combustíveis da frota

Nesta licitação questionou-se o aumento considerável na previsão de consumo de combustível; além da utilização de mais de dois dígitos de centavos para a compra dos combustíveis. Tivemos como resposta um detalhamento do aumento da frota da companhia, que justificava o aumento na previsão de consumo.

Prefeitura: Pregão 0126/2016 - Registro de preços para placas de inauguração de escolas

Questionou-se a justificativa para a aquisição de tais placas de inauguração, além do porquê de tais placas não estarem previstas nas licitações de reforma de cada escola. Não obtivemos resposta sobre este questionamento.

Prefeitura: Pregão 0132/2016 - Registro de preços para apresentação musical

Neste pregão questionou-se a justificativa para tal licitação, levando-se em conta a crise econômica e o contingenciamento de gastos da prefeitura. Levantamos a questão do ferimento dos princípios da razoabilidade e economicidade e o fato deste gasto dar pouco retorno para a sociedade. O Observatório propôs que se utilizassem bandas de escolas, universidades, etc, com custo zero para a prefeitura, para que os recursos sejam melhor aplicados. Não obtivemos resposta para tal questionamento.

Prefeitura: Pregão 0137/2016 - Registro de preços para locação de equipamentos para eventos

Além dos mesmos problemas encontrados na licitação citada anteriormente, este edital foi questionado por conta da variação expressiva do valor gasto previsto, em relação à mesma licitação realizada em 2015. Como resposta informaram-nos que os custos haviam sido elaborados através de cotação de preços, o que não responde de fato os questionamentos feitos pelo OGPL.

Prefeitura: RDC - Regime Diferenciado de Contratação 0001/2016 Contratação para construção de pontes

O Regime Diferenciado de Contratação é uma forma complexa de compras públicas e polêmica, sendo que entidades de classe já se manifestaram contrárias em razão da dificuldade na fiscalização dos serviços ou obras contratados, já que o Poder Público não tem controle nenhum sobre os projetos básicos e executivos.

Diante dos riscos envolvidos nestas contratações o Observatório voltou atenção especial para este caso, enviando um questionamento para a prefeitura com várias perguntas, que seguem juntamente com um resumo das respostas dadas pela prefeitura:

(1) Como foi composto o preço para o edital, uma vez que não há previsão de material ou algo que interfira diretamente no custo? *Resposta:* Os valores máximos

admitidos para cada lote foram determinados com base nos preços médios praticados pelo DNIT parametrizados para obras de mesmo porte em concreto armado.

(2) Como será feita a fiscalização da execução deste serviço, uma vez que não há, no instrumento convocatório, critérios objetivos claros ditados pela Contratante para a elaboração dos projetos e sua execução? *Resposta:* Todas especificações e normas técnicas requeridas para a elaboração do projeto e sua execução constam no Anexo “Especificações”, integrante do Edital, os quais fixam com clareza e objetividade os critérios que serão depois utilizados pela fiscalização do Município ao longo da execução dos projetos e das obras.

Foram elaborados documentos exigidos pela Lei n.º 12.462 em seu artigo 9.º acima transcrito? Se sim, por que não fazem parte do instrumento convocatório? Como podemos ter acesso a eles? *Resposta:* foram indicados onde se encontravam os documentos exigidos.

Prefeitura: Pregão 0144/2016 - Registro de preços para compra de materiais de construção

Apesar de ser um registro de preços, o Observatório cobrou maior planejamento da prefeitura para a elaboração dos editais e termos de referência, questionando (1) Como foram mensuradas as quantidades de materiais de cada secretaria; (2) Quais são as obras e locais onde o consumo dos materiais foi previsto; (3) Quais foram os montantes efetivamente empenhados pelo município na aquisição dos mesmos objetos desta licitação.

Tivemos como resposta que (1) a prefeitura não sabe quanto ela irá gastar com tais materiais, por isso escolheu o sistema de registro de preços, além disso responderam que “As quantidades estipuladas são de responsabilidade de cada secretária de acordo com seus planejamentos e projetos”, demonstrando desarticulação entre os setores que elaboram os termos de referência (que demandam as compras) e os setores que redigem os editais de licitação. (2) novamente nos informam que a prefeitura não tem qualquer sistema de planejamento sobre tais gastos. (3) argumentam que as informações solicitadas encontram-se no portal de transparência da prefeitura, sem nos responder objetivamente quais foram os gastos empenhados.

Prefeitura: Pregão 0145/2016 - Registro de preços para aquisição de protetor solar

Nesta licitação o problema encontrado não foram valores superfaturados e sim o contrário, os preços máximos estipulados neste edital foram muito baixos, colocando em risco a qualidade dos produtos que seriam comprados. Além disto o Observatório já recebeu denúncias de que tais produtos não eram utilizados pelos funcionários, por conta da ineficácia de tais protetores e voltaram a ser comprados em outras licitações. Desta forma o OGPL questionou o edital em relação aos critérios de qualidade dos produtos e sobre o planejamento realizado para a compra, buscando saber se a prefeitura avalia a eficiência e eficácia dos produtos que adquire via licitação, pois, como apresentado, a prefeitura estaria gastando dinheiro com aquisições inadequadas.

Em resposta aos questionamentos, a Autarquia de Saúde do Município argumentou que haviam relatos de funcionários satisfeitos e insatisfeitos com o produto. Os critérios de qualidade utilizados são: acondicionamento dos produtos na forma que apresentados no comércio varejista, embalagens originais, impressão nas embalagens de marca, número do lote, data de fabricação, validade e registro no Ministério da Saúde ou sua isenção. E a avaliação da eficácia dos produtos se dá pelo retorno dos servidores, além

do parecer técnico da Secretaria de Recursos Humanos/Gerência de Segurança e Saúde Ocupacional, que teoricamente estaria no anexo 1, mas tal informação não foi encontrada. Por fim, tal licitação foi suspensa “para análise de com relação aos limites legais aplicados no Anexo I do edital e demais consonâncias com as condições do edital”.

Prefeitura: Pregão 0152/2016 - Transporte para os jogos da juventude - JOJUPs

Neste edital iniciou o trabalho do OGPL em relação ao prazo de questionamentos e impugnações de licitações da modalidade pregão. O prazo dado pela prefeitura é de 5 dias úteis antes do certame, porém os pregões são licitações que são publicadas com apenas 8 dias úteis antes da realização dos certames, dando para a sociedade apenas 3 dias para ter conhecimento do edital, analisar e elaborar questionamentos ou impugnações, caso hajam problemas. Tal prazo está em desacordo com a lei, que prevê 2 dias úteis de prazo. A partir deste edital iniciamos um diálogo com a prefeitura para a regularização de tal questão.

Sercomtel: Concorrência Pública 0009/2016 - Alienação de terrenos

Constatou-se que havia um terreno (que estava para ser alienado) sendo ocupado por um morador da vizinhança. Com isto, solicitamos informações quanto às providências que a Sercomtel havia tomado ou esteja tomando a respeito de tal ocupação, buscando preservar o patrimônio da empresa. Um tempo depois da licitação ter ocorrido uma funcionária da Sercomtel nos ligou querendo saber como o Observatório havia encontrado tal terreno, pois nem mesmo ela sabia ao certo qual era o terreno da empresa. Este caso demonstrou uma questão preocupante onde nem mesmo a organização tinha conhecimento de seu patrimônio.

Prefeitura: Pregão 0178/2016 - Registro de preços para aquisição de dietas nutricionais

Encontrou-se um problema parecido com a licitação da prefeitura - concorrência pública 009/2016, onde um arquivo foi retirado do site sem errata. Neste caso o problema foi que toda a licitação saiu do ar sem aviso ou algo parecido. Diante disto foi encaminhado um novo ofício para a Controladoria Geral do Município, relatando a reincidência da situação e o descumprimento da Orientação nº005/2016, emitida por tal Controladoria.

Prefeitura: Pregão 0184/2016 - Registro de preços para aquisição de hortifrutigranjeiros

Após análise de tal edital o OGPL encontrou vários problemas neste. Primeiramente, não foram informadas as quantidades de produtos a serem adquiridos; os arquivos das solicitações, que fazem parte do edital, estavam com erros em seus títulos e algumas solicitações não constavam no edital, foram encontradas também diferenças na forma de descrição do produto e de produtos solicitados em unidades diferentes, como por exemplo alfaces sendo solicitados em Kg e outros em unidades.

Com tais problemas o Observatório ligou para o Secretário de Gestão Pública para esclarecer tais questões, porém suas respostas foram insatisfatórias, além de ter argumentado que os licitantes são sempre os mesmos e eles sabem como participar do certame, o que vai contra os princípios da licitação de proporcionar a maior concorrência possível, pois são sempre os mesmos que participam. Neste edital iniciou-se um trabalho

mais aprofundado do OGPL para que os editais fiquem mais claros, permitindo que mais empresas participem das compras públicas.

Por conta das respostas insatisfatórias, o Observatório apresentou impugnação, indicando tais erros, com cópia para a Corregedoria Geral do Município. A Secretaria de Gestão Pública indeferiu nossa impugnação e realizou o certame. Porém, antes do certame o Observatório agendou uma reunião para esclarecer todos os problemas expostos. A Secretaria defendeu que tal tipo de licitação é feita com base em descontos na tabela CEASA e, por serem *commodities*, os órgãos públicos pedem os produtos necessários e pagam de acordo com os descontos dados. Porém outros problemas não foram respondidos, a prefeitura realizou o certame ciente de que o edital não estava completo (pois algumas solicitações não constavam no edital) e fora de padrão (pois não havia uniformidade na unidade de medida adotada). O Observatório considera que editais confusos e inadequados representam graves barreiras para que novos concorrentes ofereçam seus produtos e serviços para a administração pública e eleva os preços das compras públicas.

Prefeitura: Pregão 0198/2016 - Registro de preços para aquisição de uniformes escolares

A Secretaria de Educação comprou, em 2015, jaquetas por R\$18,89/unidade, sendo a média dos três menores valores de tal certame igual a R\$23,51. Porém, na licitação de 2016, o preço máximo estipulado foi de R\$45,15, mais que o dobro da compra do ano anterior. Considerando que a administração pública deve utilizar-se também dos preços praticados em suas próprias compras públicas, além dos orçamentos realizados, o OGPL apresentou impugnação, solicitando readequação dos preços.

A Secretaria de Educação apresentou seus orçamentos para a composição dos preços e indeferiu a impugnação do Observatório. Ao final as jaquetas foram compradas por R\$20,25/unidade, valor muito abaixo do máximo estipulado.

Prefeitura: Pregão 0168/2016 - Aquisição de móveis, utensílios e eletrodomésticos

Dentro dos itens a serem adquiridos por tal licitação, constavam: máquina de fazer pão automática, pipoqueira e puff de couro sintético. Diante destas solicitações e falta de justificativa expressiva para a compra de tais itens, que podem ser vistos como de “luxo”, juntamente com preços muito acima dos encontrados em pesquisas em lojas eletrônicas, como por exemplo um paineliro cotado a R\$924,97 pela administração pública e por R\$417,98 pelo Observatório, diferença de 121%. Diante destes problemas o Observatório solicitou a impugnação deste edital. A prefeitura respondeu nossa impugnação argumentando que a justificativa estava no termo de referência e que a cotação de preços estava disponibilizada no SEI (Sistema Eletrônico de Informações), indeferindo, novamente, a impugnação do OGPL.

UEL: Pregão 0162/2016 - Aquisição de veículos

Neste edital a UEL, juntamente com outras universidades, solicitou a aquisição de veículos, com opcionais considerados de luxo, que encarecem os automóveis, levando-os ao preço de aproximadamente R\$90.000,00 cada. Considerando as constantes crises financeiras enfrentadas pela universidade, o Observatório levantou que tal compra feria os princípios da: motivação, economicidade, eficiência e moralidade ao comprar veículos a um valor elevado. Tal elevação de valor se dá principalmente por conta de opcionais de luxo, como: modelo sedan, câmbio automático, sensor de ré, quatro portas, chave de

controle remoto, rádio com entrada USB, etc. Este Observatório considera um absurdo a compra de carros de luxo em pleno período de crise financeira.

Com isto o OGPL solicitou a impugnação do edital, solicitando: (1) justificativa convincente para a aquisição de tais veículos; (2) justificativa para os acessórios de luxo; (3) Qual o responsável pelas especificações dos objetos e qual o critério adotado para tal; (4) onde serão lotados e qual a finalidade dos veículos.

Mais uma vez, negaram a impugnação do Observatório. A UEL nos respondeu justificando que os veículos são classificados pelo Departamento de Transporte Oficial e que tais itens de luxo se enquadram na classificação de veículos oficiais. Neste caso a compra de tais veículos foram justificadas para a utilização dos reitores. Por fim, justificou que o cancelamento do certame resultaria em danos e prejuízos para a Instituição nos serviços de segurança e manutenção no início do próximo ano.

Este Observatório considera o gasto com tais veículos muito mais danoso para a instituição do que o cancelamento de tal certame.

Prefeitura: Pregão 0239/2016 - Contratação de gerenciadora de cartões para manutenção da frota de veículos

As discussões sobre esta licitação tomaram corpo no início de 2017, porém relataremos neste relatório por ser uma licitação de 2016.

Primeiramente apresentou-se um questionamento ainda em 2016, onde perguntamos: (1) Porquê da utilização de mais de duas casas de centavos; (2) Porque havia uma falta de padrão entre quantidades e valores de cada item; e (3) Como a prefeitura controlaria os gastos no cartão para que não houvesse superfaturamento, se seriam destacados fiscais exclusivos para tal contrato e qual a periodicidade da fiscalização. Os questionamentos 1 e 2 foram corrigidos, o item 3 foi respondido com a transcrição de um item do contrato, que previa que o preço máximo a ser pago deve estar abaixo da tabela SINDIREPA-PR, porém não responderam se haverão fiscais destacados especificamente para este contrato, qual órgão centralizará a fiscalização e gerenciamento e qual a periodicidade de fiscalização dos preços.

Tais respostas não foram suficientes para defender que tal licitação era segura, com isso o OGPL agendou uma reunião com o setor de licitações, buscando entender melhor como se daria a fiscalização dos serviços. Na reunião explicaram que a gerência de frota ficaria responsável por alguns veículos, porém outros seriam fiscalizados por órgãos de suas respectivas pastas, o que demonstra que não haveria uma centralização na fiscalização. Argumentaram que, teoricamente, quando um veículo precisasse de manutenção, fariam pelo menos dois orçamentos para escolher a proposta mais vantajosa, mas não explicaram que iria gerenciar e monitorar se tais orçamentos estariam sendo feitos ou não. Em resumo, nem a Secretaria de Gestão Pública tinha certeza de como se daria a fiscalização, mas estavam confiantes com a realização da licitação.

Além de nosso questionamento, duas empresas apresentaram impugnações a respeito do edital. Uma delas alegou restrição de concorrência por conta da inclusão de alguns itens no contrato. A prefeitura recusou o pedido de impugnação alegando que haviam várias empresas demonstrando interesse em participar.

O Observatório não estava convicto da adequação deste edital, porém resolveu não impugnar por ser a primeira grande licitação da gestão do novo prefeito. No dia do certame não apareceram licitantes e o mesmo foi declarado deserto. Com o resultado, solicitamos o nome das “várias empresas” que haviam demonstrado interesse no edital.

A prefeitura nos enviou apenas 4 nomes, sendo que uma delas era a própria empresa que havia impugnado a licitação.

Buscando entender o porquê do resultado deserto, o OGPL entrou em contato com as empresas interessadas. Duas das 4 empresas interessadas responderam ao nosso contato, argumentando que o edital estava suspenso (o edital havia sido suspenso no final de 2016, mas foi republicado em 2017). Ou seja, elas não foram informadas da reabertura do edital. Com isto o Observatório levantou mais um problema: o edital além de complexo e confuso, sem a previsão de como se daria a fiscalização, também houve o problema de falta de divulgação para empresas interessadas.

O OGPL continuará investigando o caso e pressionando para que a prefeitura passe a fazer estudos mais aprofundados, pelo menos dentre as licitações com maior vulto de dinheiro, de modo que possamos ter compras públicas com melhor planejamento e que incentivem novas empresas a participar das compras públicas.

2. MONITORAMENTO DE CONTRATOS

Em 2016 o Observatório de Gestão Pública de Londrina focou seus esforços quanto ao monitoramento de contratos em casos de grande impacto na cidade, principalmente com grandes empresas de economia mista da cidade. A seguir apresentaremos um resumo das atividades nesta área.

Capina e Roçagem

Constatou-se que o mato estava sendo roçado sem capina; galhos não foram retirados do local; a coleta dos resíduos de capina não estavam sendo recolhidos no mesmo dia; tais resíduos não eram separados em orgânicos ou não; equipes com apenas 2 funcionários, ao invés dos 4 estabelecidos no contrato; O relatório com as constatações foi enviado à CMTU que não respondeu nada a respeito.

Centro de Tratamento de Resíduos - CTR

O CTR foi escolhido pois era previsto que apenas resíduos rejeitos fossem jogados em suas valas, sendo que as cooperativas ficariam responsáveis pela coleta dos recicláveis e que no CTR houvesse um processo para separação dos orgânicos. Porém é notável a grande quantidade de materiais recicláveis lançados nas valas, o que reduz a vida útil do CTR além dos danos econômicos e ambientais, pois tais materiais poderiam ser novamente utilizados.

Quanto aos resíduos orgânicos constatou-se que não há separação do lixo nas residências, foram vistos lixos como garrafas pet, CD, lençol, etc no lixo que deveria ser apenas para orgânicos. Além disto a quantidade coletada é baixíssima, deixando os trabalhadores ociosos por vários períodos. Desta forma, considera-se que o projeto piloto de coleta diferenciada não tem tido resultados.

No final de 2015 havia ocorrido um vazamento de chorume, tal problema foi resolvido e hoje há 3 piscinas vazias de reserva para comportar o chorume gerado. Porém ainda há o problema de que os custos para o tratamento de chorume são muito elevados, pois é necessário fazer o transporte até a empresa que faz o tratamento, que opera em Maringá.

Os resíduos de construção civil e galhos, são irregulares e os técnicos da CMTU reconhecem isso, mas alegam falta de recursos para o tratamento e destinação correta de tais resíduos.

Com relação à questão do lixo o Observatório iniciou em 2017 diálogos para que seja montado um grupo de trabalho para analisar a fundo e resolverem os problemas relativos à tal assunto.

SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná

O Observatório de Gestão Pública de Londrina analisou o contrato de abastecimento de água e esgotamento sanitário firmado com a empresa de economia mista - SANEPAR. O valor de tal contrato é de R\$228.980.000,00, com duração de 30 anos. O objetivo desta análise foi simplificar os pontos mais importantes do contrato para que toda a população pudesse entender sobre uma das mais importantes contratações do município.

SERCOMTEL Iluminação

Diante das várias reclamações em relação ao serviço desta empresa, sendo exposto pela ouvidoria que a maioria das demandas enviadas ao órgão eram em relação à Sercomtel Iluminação, o Observatório de Gestão Pública de Londrina resolveu investigar o contrato da empresa, solicitando várias informações para tal empresa e para o departamento de iluminação pública. O presidente da Sercomtel Iluminação compareceu em uma das reuniões do OGPL e respondeu à algumas de nossas perguntas. Paralelamente a Câmara de Vereadores iniciou uma Comissão Especial de Inquérito para também investigar a empresa. Porém, tanto o OGPL quanto a Câmara ainda estão analisando os dados e não apresentaram relatórios conclusivos, por conta da complexidade das informações.

3. SEMANA DE TRANSPARÊNCIA

A III Semana Municipal de Transparência, Cidadania e Controle Social foi realizada pelo Observatório de Gestão Pública de Londrina e Conselho Municipal de Transparência e Controle Social, com o apoio da Ouvidoria-Geral do Município e da Secretaria Municipal de Gestão Pública. O Objetivo do evento foi incentivar a prática do controle social por parte da população e de melhorar os resultados da gestão pública, por parte dos servidores públicos.

Com isto foram promovidos 10 programações durante uma semana, iniciando com um bate-papo entre a população e o prefeito, onde os cidadãos puderam levar suas demandas diretamente para o prefeito, em praça pública. Também tivemos a prestação de contas do Ministério Público em relação à Operação Publicano; Cursos sobre a Política de Resultados e sobre Fiscalização e Controle Social; Um bate-papo entre a população e os vereadores eleitos; Um painel para debater sobre corrupção e cidadania; um fórum dos conselhos municipais e, por fim, o Prêmio de Boas Práticas em Conselhos Municipais, premiando e divulgando as boas práticas que os conselhos têm desenvolvido em nossa cidade.

Tal evento trouxe ótimos resultados, a transmissão via facebook garantiu que mais pessoas pudessem acompanhar as programações mesmo em suas casas. A aproximação

da população com o prefeito e vereadores também foi muito interessante e abriu caminho para que novos eventos deste tipo sejam realizados com deputados, senadores, etc.

4. COMPRA LONDRINA

O Programa Compra Londrina é desenvolvido pelo Observatório em conjunto com a ACIL - Associação Comercial e Industrial de Londrina e tem como objetivo incentivar que empresas da cidade participem das compras públicas, como forma de se reduzir os custos das licitações, melhorar a qualidade dos serviços e desenvolver a economia local. Em 2016 o Observatório buscou reativar o planejamento para fazer o programa ser implementado de fato e para isto se reuniu com ACIL e SEBRAE, participando e sugerindo ideias para a execução do projeto. O OGPL aproveitou também o período de eleições para divulgar o projeto à todos os candidatos a prefeito e pressionar para que o poder público abrace a causa e apoie o programa.

5. CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA

O Observatório de Gestão Pública de Londrina participou ativamente do Curso de Formação Política realizado pela OAB em parceria com diversas entidades. Seu objetivo é formar possíveis vereadores da cidade, proporcionando aprendizado sobre questões básicas sobre a gestão pública municipal. Membros de nossa diretoria deram cursos sobre a realidade de Londrina; o executivo municipal; transparência e controle social; e bens públicos e prestação de serviços públicos.

6. CRIAÇÃO DA OUVIDORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Como fruto do Plano de Transparência liderado pelo Observatório e assinado pelo prefeito, foi criada a Ouvidoria-Geral do Município através da Lei 12.395, de 18 de março de 2016, que descreve:

Art. 1º - §3º A Ouvidoria-Geral do Município é um órgão auxiliar, independente, permanente e com autonomia, tendo por objetivo a apuração das reclamações relativas à prestação dos serviços públicos da Administração Pública Municipal Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional, e será chefiada pelo Ouvidor-Geral do Município, cargo de provimento em comissão, vinculado diretamente ao Prefeito.

7. AUTONOMIA PARA A CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Como frutos do Plano de Transparência apresentado pelo Observatório ao governo executivo municipal atual foi implementado em Londrina o Conselho Municipal de Transparência e, no primeiro quadrimestre de 2016 foi escolhido o controlador do município, com base em uma lista tríplice apresentada pelo conselho. O controlador apresentou um plano de gestão e terá quatro anos para cumpri-lo. Esta iniciativa também é fruto do Plano de Transparência e visa garantir maior independência nas medidas de transparência e controle municipal.

PARCEIROS E PATROCINADORES

O Observatório de Gestão Pública de Londrina agradece a todos os parceiros que nos apoiaram em 2016



*Enrico Dala
Zanna*

*Emerson Costa
Lemes*

*Waldomiro
Grade*

*Antonio Carlos
Cantoni*

*Hideo
Nakayama*

DIRETORIA

Presidente Fábio Cavazotti e Silva	Vice-Presidente Roger Striker Trigueiros
Diretor Administrativo-Financeiro Waldomiro Carvalho Grade	Vice-Diretor Administrativo-Financeiro Francisco Aguilera Filho
Diretor de Controle Social Rafael Carvalho Neves dos Santos	Vice-Diretor de Controle Social Paulo Roberto Gutierrez
Diretora de Relações Institucionais Rosemary Batista de Oliveira	Vice-Diretora de Relações Institucionais Ana Paula dos Santos Pateis

CONSELHO FISCAL

Titular: Mário Palma	Suplente: Claudio Lot
Titular: Camillo Kemmer Vianna	Suplente: Valdir Walderramos
Titular: Aguiario Alves da Silva (in memoriam)	Suplente: Caio Dalla Zanna

EQUIPE

Coordenador Executivo	Leandro Vieira Silva Matos
Assessora Jurídica	Jacira Rosa Tonello
Estagiário de Direito	Pedro Henrique Linares Gil
Estagiário Administrativo	Marcelo Augusto Nobre